

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Segundo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparéncia na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão. Conselho de Administração e Diretoria

I - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31/12/2019
II - BALANÇOS PATRIMONIAIS (EM MILHARES DE REAIS)
ATIVO
PASSIVO

	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	1.594.649	1.386.148
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	24.352	7.760
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	57.523	4.017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	57.523	4.017
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	260.467	154.463
Carteira Própria	260.467	154.463
RELACIONES INTERFINANCEIRAS	290.727	408.535
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	1
Tesouro Nacional - Recursos Crédito Rural	2.469	660
Correspondentes no País	1.329	913
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	286.929	406.961
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	897.038	758.189
Operações de Crédito	936.203	797.210
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Dúvidosa)	(39.165)	(39.021)
OUTROS CRÉDITOS	62.441	52.418
Créditos por Avais e Fianças Honrados	595	490
Rendas a Receber	4.924	4.402
Créditos Específicos	-	769
Diversos (NOTA 08)	58.196	48.818
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvidosa)	(1.274)	(2.061)
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	2.101	766
Outros Valores e Bens	4.339	2.409
(Provisão para desvalorização)	(2.391)	(1.779)
Despesas Antecipadas	153	136
NÃO CIRCULANTE	787.141	621.033
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	787.141	621.033
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	135.191	126.290
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	135.191	126.290
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	563.564	409.147
Operações de Crédito	599.122	439.660
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Dúvidosa)	(35.558)	(30.513)
OUTROS CRÉDITOS	3.743	3.802
Créditos por Avais e Fianças Honrados	42	-
Diversos (NOTA 08)	3.879	4.009
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvidosa)	(178)	(207)
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	41.206	37.241
Outros Investimentos	41.206	37.241
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	26.736	25.013
Imóveis de Uso	10.472	10.437
Outras Imobilizações de Uso	42.463	37.717
(Depreciação acumulada)	(26.199)	(23.141)
INTANGÍVEL (NOTA 11)	16.701	19.540
Outros Ativos Intangíveis	39.132	37.061
(Amortização acumulada)	(22.431)	(17.521)
TOTAL DO ATIVO	2.381.790	2.007.181

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

III - DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS (EM MILHARES DE REAIS)
Descrição das contas
**01/07/2019 a 31/12/2019
(Não Auditado)**
01/01/2019 a 31/12/2019
01/01/2018 a 31/12/2018

	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	128.745	-	128.745	250.883	1	250.884	228.256	-	228.256
Operações de Crédito	121.813	-	121.813	237.025	1	237.026	216.131	-	216.131
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	6.907	-	6.907	13.802	-	13.802	12.038	-	12.038
Resultado das Aplicações Compulsórias	25	-	25	56	-	56	87	-	87
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(53.086)	(346)	(53.432)	(98.420)	(558)	(98.978)	(88.049)	(219)	(88.268)
Operações de Captação no Mercado	(25.140)	(346)	(25.486)	(49.007)	(558)	(49.565)	(47.021)	(219)	(47.240)
Operações de Empréstimos e Repasses	(13.186)	-	(13.186)	(24.997)	-	(24.997)	(23.133)	-	(23.133)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa	(14.760)	-	(14.760)	(24.416)	-	(24.416)	(17.895)	-	(17.895)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	75.659	(346)	75.313	152.463	(557)	151.906	140.207	(219)	139.988
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(35.755)	11.511	(24.244)	(67.939)	21.702	(46.237)	(64.763)	17.731	(47.032)
Ingressos e Receitas da Prestação de Serviços	10.484	22.193	32.677	20.770	44.113	64.883	19.309	38.386	57.695
Rendas de Tarifas Bancárias	10.815	-	10.815	21.043	-	21.043	20.131	-	20.131
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(32.676)	(4.612)	(37.288)	(61.891)	(9.854)	(71.745)	(61.845)	(8.148)	(69.993)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(25.471)	(4.462)	(29.933)	(49.315)	(8.385)	(57.700)	(52.457)	(8.909)	(61.366)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(60)	(1.009)	(1.069)	(195)	(2.019)	(2.214)	(195)	(1.710)	(1.905)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	22.703	1.127	23.830	42.917	1.306	44.223	51.987	1.250	53.237
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(21.550)	(1.726)	(23.276)	(41.268)	(3.459)	(44.727)	(41.693)	(3.138)	(44.831)
RESULTADO OPERACIONAL	39.904	11.165	51.069	84.524	21.145	105.669	75.444	17.512	92.956
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	414	650	1.064	(168)	642	474	(547)	918	371
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	40.318	11.815	52.133	84.356	21.787	106.143	74.897	18.430	93.327
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(511)	(511)	(4.507)	(4.507)	-	-	(2.180)	(2.180)
Provisão para Imposta de Renda	-	(286)	(286)	-	(2.764)	(2.764)	-	(1.227)	(1.227)
Provisão para Contribuição Social	-	(225)	(225)	-	(1.743)	(1.743)	-	(953)	(953)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(5.323)	-	(5.323)	(10.469)	-	(10.469)	(9.422)	-	(9.422)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	34.995	11.304	46.299	73.887	17.280	(17.280)	65.475	16.250	81.725
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	-	-	-	16.250	(16.250)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	34.995	11.304	46.299	91.167	-	91.167	81.725	-	81.725
REVERSAO DA RESERVA DE EXPANSÃO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	(10.236)	(10.236)	(10.236)	82.820	-	82.820
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO PELA REVERSAO DE RESERVA	34.995	11.304	46.299	91.167	(62.593)	(62.593)	(58.536)	-	(58.536)
DESTINAÇÕES	Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(10.236)	(10.236)	(10.236)	(9.925)	-	(9.925)
Fates - Estatutário	-	-	-	(3.572)	(3.572)	(3.572)	(3.036)	-	(3.036)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(39.289)	(39.289)	(39.289)	(33.391)	-	(33.391)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(9.496)	(9.496)	(9.496)	(12.184)	-	(12.184)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	28.574	-	28.574	24.284	-	24.284

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

IV - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM MILHARES DE REAIS)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
Saldos no início do período em 01/01/2018	151.860	159.245	-	22.283	333.388
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	(18.838)	(9.380)
Distribuição de sobras para associados	9.458	-	-	(1.114)	(2.331)
Destinações para reservas	-	-	1.114	-	-
Outras destinações	-	-	-	-	-
Capital de associados	Aumento de capital	3.947	-	-	3.947
Baixas de capital	(10.303)	-	-	-	(10.303)
Reversões de reservas	-	19	-	1.095	-
Resultado do período	-	-	(1.114)	-	81.725
Destinações	Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-
Reserva Legal - Estatutária	-	33.391	-	(3.036)	(3.036)
Juros sobre o Capital Próprio	9.718	-	-	(9.925)	(207)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	12.184	-	(12.184)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	164.680	204.839	-	24.284	393.803
Mutações do Período	12.820	45.594	-	2.001	60.415
Saldos no início do período em 01/01/2019	164.680	204.839	-	24.284	393.803
Destinação resultado exercício anterior					

VI - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS), ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 25/10/1913 e tem por objetivos principais:

- Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas da Sicredi. O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco"). A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 05 de novembro de 2013. O FGCoop tem por objetivo prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém das contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar nº 130 de 17 de abril de 2009. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 02 de março de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

- Apuração do resultado**
Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade. De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidos dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

- Operações de crédito**
Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias *pro-rata dia* incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado de rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-económica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-económica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata dia* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas ás alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

• As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em

valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades.....	24.352	7.760
Caixa.....	24.352	7.760
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central.....	286.929	406.961
Total	311.281	414.721

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	57.523	4.017
DI entre Cooperativas - Não Ligadas.....	20.713	4.017
DI entre Banco e Cooperativas.....	36.810	-
Total Circulante.....	57.523	4.017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	135.191	126.290
DI entre Cooperativas - Não Ligadas.....	61.020	6.566
DI entre Banco e Cooperativas.....	74.171	77.136
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.....	42.588	-
Total não circulante.....	135.191	126.290

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i).....	260.467	154.463
Total circulante.....	260.467	154.463

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	2019		2018	
Operações de Crédito	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados.....	352.843	418.384	771.227	636.843
Financiamentos.....	88.745	115.033	203.778	151.548
Financiamentos rurais e agroindustriais.....	494.615	65.705	560.320	448.479
Carteira total.....	936.203	599.122	1.535.325	1.236.870

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outras operações, assim compostos:

	2019		2018	
Outros créditos	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avalias e Fianças Honrados.....	595	42	637	490
Devedores por compra de valores e bens.....	2.032	3.870	5.902	5.897
Títulos e créditos a receber (i).....	47.721	9	47.730	38.621
Total	50.348	3.921	54.269	45.008

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA.....	-	76	1	-	-
Nível A.....	0,50	715.454	470.203	3.577	2.351
Nível B.....	1,00	470.614	437.846	4.706	4.378
Nível C.....	3,00	288.980	263.923	8.669	7.918
Nível D.....	10,00	38.135	41.328	3.814	4.133
Nível E.....	30,00	17.384	12.442	5.215	3.733
Nível F.....	50,00	12.030	10.970	6.015	5.485
Nível G.....	70,00	9.139	7.099	6.397	4.969
Nível H.....	10				

VI - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05).....	192.714	130.307
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06).....	260.467	154.463
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04).....	286.929	406.961
Outros Créditos - Rendas a receber.....	4.044	3.738
Outros Créditos - Diversos (Nota 07).....	2.094	1.377
Investimentos (Nota 10).....	41.206	37.241
Intangível (Nota 11).....	12.717	14.362
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12).....	36.093	17.087
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13).....	571.314	453.097
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14).....	45.438	37.049
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários.....	9.247	12.038
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços.....	27.080	21.801
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21).....	27.073	34.150
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17).....	79	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado.....	1.488	90
Operações de Empréstimos e Repasses	24.997	23.133
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20).....	5.292	4.941
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22).....	19.632	19.042

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	219	0,09%	789
Depósitos a prazo	3.731	0,41%	2.802
Operações de crédito	2.473	0,16%	1.937

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas-chave da administração

Pessoas-chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-empréstimo concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas-chave da administração	3.499	3.650

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	1.637	1.482
Despesa de aluguelis.....	4.797	4.540
Despesa de comunicação.....	2.887	2.689
Despesa de manutenção e conservação.....	4.057	4.845
Despesa de material	967	944
Despesa processamento dados	1.323	992
Despesa de promoções e relações públicas	4.710	7.003
Despesa de propaganda e publicidade.....	738	745
Despesa de seguro	667	1.205
Despesa de serviços do sistema financeiro	5.936	5.633
Despesa de serviços de terceiros	1.384	1.368
Despesa de serviços de vigilância e segurança	3.339	3.167
Despesa de serviços de técnicos especializados	3.165	3.541
Despesa de serviços de transportes	3.459	3.444
Despesa de viagem	447	1.429
Despesa de depreciação e amortização	5.748	5.337
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	3.316	2.933
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	5.421	5.836
Outras despesas administrativas	3.702	4.233
Total	57.700	61.366

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas.....	1.690	3.469
Ingressos depósitos intercooperativos(i).....	26.080	32.913
Absorção de dispêndios FATES	5.401	5.774
Reversão de provisões operacionais	10.600	9.714
Outras rendas operacionais	452	1.367
Total	44.223	53.237

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	7.390	7.668
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.236	631
Contribuição Confederação Sicredi	17.479	16.157
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	1.670	1.834
Encargos da administração financeira	141	218
Repasso administradora de Cartões	634	870
Outras despesas de Cartões	2.970	2.934
Outras provisões operacionais	5.143	5.315
Despesas de fianças bancárias	4.295	4.441
Outras despesas operacionais	3.638	4.645
Total	44.727	44.831

NOTA 23 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	403.602	369.152
Coobrigações em cessões de crédito.....	129	154
Total	403.731	369.306

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alcadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores do mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite de risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;

• Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;

• Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema.

A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados à

relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

No elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais da auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstr